

APONTAMENTOS DO TURISMO PEDAGÓGICO NO ESTADO DE SÃO PAULO

*OLIVEIRA. Nathália Gomes Marques¹
RAMOS. Savanna da Rosa²*

Resumo

O Turismo Pedagógico vem contribuindo para o desenvolvimento dos estudantes de forma valiosa para as sociedades que está inserido e sendo trabalhado. Embora não seja reconhecido de maneira expressiva, tem estado mais presente em discussões. Com isso surge uma indagação: como o turismo pedagógico vem sendo tratado e inserido nos projetos e nas políticas públicas do Estado de São Paulo? Ele realmente pode ser considerado uma ferramenta de aprendizagem para os estudantes? Nesse contexto, objetivou-se analisar a inserção do segmento de turismo pedagógico nas políticas públicas de turismo e de educação no Estado de São Paulo. Para isso, identificar as leis voltadas para o turismo no setor de educação e leis do turismo que tenham a educação como enfoque e trazer as diferenças e semelhanças do turismo pedagógico na literatura se tornam os objetivos específicos. Pelo método de pesquisa qualitativa, optou-se o levantamento de documentos de ordem jurídica e documentos voltados para o tema. Na análise dos resultados foram identificados as semelhanças e diferenças dos conceitos atrelados ao segmento e identificados alguns projetos de governo do Estado, que foram executados sendo embasados por leis e diretrizes que reforçaram o segmento.

Palavras-chave

Turismo Pedagógico; Políticas Públicas; Educação; Estado de São Paulo

1. Introdução

O turismo pedagógico contribui para as novas percepções do estudante a partir de vivências que possibilitam o contato com novas culturas, crenças, gastronomia, línguas, entre outros (SILVA, 2015). Outro ponto principal dentro do segmento é o sentimento de pertencimento que o mesmo leva aos estudantes quando faz com que os mesmos adentrem espaços que antes não eram acessíveis facilmente, como museus e exposições de arte, especialmente para alunos da rede pública de ensino (RUBIM, 2010).

No estado de São Paulo, quando em foco as políticas públicas pensadas nesse âmbito, é possível reconhecer alguns projetos criados pelo Governo do Estado e que foram voltados para a rede pública de ensino. Com isso, questionou-se: como o turismo pedagógico vem sendo tratado e inserido nos projetos e nas políticas estaduais? Ele realmente pode ser considerado uma ferramenta de aprendizagem para os estudantes da rede pública de ensino do estado?

Logo, esta pesquisa tem o objetivo geral de *analisar* a inserção do segmento de turismo pedagógico nas políticas públicas de turismo e de educação no Estado de São Paulo. Para isso, *identificar* as leis voltadas para o turismo no setor de Educação e das leis do turismo que tenham a

¹ Graduanda no Curso de Turismo na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP/SP/BRA).

² Doutora em Geografia Humana (USP/SP/BRA). Mestre em Turismo e Hotelaria (UNIVALI/SC/BRA). Bacharel em Turismo (UNISC/RS/BRA). Docente no Curso de Turismo da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”(UNESP/SP/BRA). E-mail: savanna.ramos@unesp.br.

educação como enfoque e *trazer* as diferenças e semelhanças do turismo pedagógico na literatura, se tornam os objetivos específicos.

A metodologia da pesquisa caracteriza como qualitativa, descritiva a partir do levantamento com a coleta de dados considerando documentos de ordem jurídica oficiais, como leis, planos, projetos e programas governamentais com acesso público, como a UNESCO, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e do estado de São Paulo.

A análise foi baseada em contribuições de pesquisadores do segmento Turismo Pedagógico e suas vertentes para também caracterizá-los. Com isso, espera-se compreender melhor como os projetos implementados pelo governo do estado de São Paulo funcionaram, suas diretrizes e seus benefícios para os estudantes.

2. Resultados e Discussões

2.1 Perspectivas conceituais do Turismo Pedagógico

De acordo com Silva (2015, p.30) “o turismo no contexto pedagógico, desenvolve a construção da consciência cidadã, através do contato com os patrimônios históricos, culturais, ambientais, na concepção dos interesses turísticos como indutor da economia e no papel de preservação e valorização desses patrimônios”. Essa prática faz com que as disciplinas passadas em sala de aula se transformem em experiências realizadas pelos próprios alunos.

Ele proporciona interações e novas possibilidades para além do contexto escolar e agrega assim um senso de preservação e valorização de patrimônios tanto culturais como ambientais, fazendo crescer dentro do estudante um olhar para o desenvolvimento sustentável. Logo, esse segmento contribui para promover o senso crítico e coletivo do estudante a partir de aprendizados fora da escola, ou seja, fora da sala de aula convencional, estimulando questões da individualidade e da diversidade. (RUBIM, 2010).

Quadro 1: Definições dos conceitos voltados para o Turismo Pedagógico

Ano	Autor	Conceito	Definição
2005	VINHA	Turismo Educativo	Uma conversão do olhar do residente para um olhar de turista, no sentido do deleite e da valorização do local, e de posterior reconversão que crie limites entre o fantástico e o real, possibilitando uma postura dialética diante do contexto e do ambiente visitado.
2006	Ministério do Turismo	Turismo de Estudos e Intercâmbio	Turismo de Estudos e Intercâmbio constitui-se da movimentação turística gerada por atividades e programas de aprendizagem e vivências para fins de qualificação, ampliação de conhecimento e de desenvolvimento pessoal e profissional.

2009	ANDRÉ; ALEXAND RE	Turismo Pedagógico	O turismo pedagógico consiste em tudo aquilo que está fora do que é definido no ambiente escolar, é utilizado para aprimorar o aprendizado de sala de aula, não ficando preso às exigências formais, ultrapassando os limites escolares.
------	-------------------------	--------------------	--

É possível contemplar como o Turismo Pedagógico - nomeados também como Turismo Educativo ou Turismo de Estudos e Intercâmbio - tem sua importância para a educação agregando um conjunto de fatores, os quais vão se constituir em: Valorizar o espaço visitado - seja ele um patrimônio ou espaço natural - ; praticar a individualidade do aluno e seu sentimento de pertencimento; fortalecer o pensamento em grupo e a apreciação de pensamentos diferentes de seu próprio - ao ter contato com novas culturas e realidades diferentes da sua.

2.2 Normatizações contribuintes ao Turismo Pedagógico

No âmbito mundial, a ligação do turismo com a educação foi reforçada quando o Professor francês de política e economia Jacques Delors elaborou para a UNESCO (1999) os Quatro Pilares da Educação como seus eixos estruturais na sociedade contemporânea, a saber:

- *Aprender a conhecer*, combinando uma cultura geral, suficientemente ampla, com a possibilidade de estudar, em profundidade, um número reduzido de assuntos, ou seja: aprender a aprender, para beneficiar-se das oportunidades oferecidas pela educação ao longo da vida.
- *Aprender a fazer*, a fim de adquirir não só uma qualificação profissional, mas, de uma maneira mais abrangente, a competência que torna a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe. Além disso, aprender a fazer no âmbito das diversas experiências sociais ou de trabalho, oferecidas aos jovens e adolescentes, seja espontaneamente na sequência do contexto local ou nacional, seja formalmente, graças ao desenvolvimento do ensino alternado com o trabalho.
- *Aprender a conviver*, desenvolvendo a compreensão do outro e a percepção das interdependências - realizar projetos comuns e preparar-se para gerenciar conflitos-no respeito pelos valores do pluralismo, da compreensão mútua e da paz.
- *Aprender a ser*, para desenvolver, o melhor possível, a personalidade e estar em condições de agir com uma capacidade cada vez maior de autonomia, discernimento e responsabilidade pessoal.

Com isso, a educação leva em consideração todas as potencialidades de cada indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se. Logo, a importância do turismo pedagógico para os alunos que o praticam como educação não-formal aparece de forma complementar à educação formal (NEVES, 2009).

No âmbito do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Nº 9.394/96, prevê no Artigo 3º, inciso II “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento e o saber;” e, no inciso III, que destaca “o pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;”. Esse posicionamento vem reforçar a ideia que o setor de turismo faz parte, a busca entre seus objetivos e que a educação traz, conforme Mello Filho *apud*

PECCATIELLO (2009, p.6) “através de espaços para perceber, apreciar e valorizar a diversidade na natureza ou na sociedade, adotando posturas de respeito aos variados aspectos e formas de patrimônio natural, étnico e cultural”. Na Lei Nº 11.771/2008, conhecida como Lei Geral do Turismo, a educação é mencionada nos Artigos 5 e 13.

Nesse contexto de vivências e possibilidades de formação do ser em se tratando de políticas públicas ligadas ao turismo dentro do campo pedagógico, no Brasil elas aparecem dispersas ligadas ao setor de educação, quando coloca atividades fora do ambiente escolar como recurso de aprendizagem e ligadas ao setor de turismo, quando esse promove o segmento educacional através de visitas técnicas com teor educacional.

Com foco no estado de São Paulo, partir do Decreto Nº 57.039/2011, o Programa Caravanas do Conhecimento passou a se chamar “Turismo do Saber”, que de acordo com Almeida e Trevisani (2015), foi baseado na proposta governamental de 1984, com projetos como “Interior na Praia” e “Redescobrimo o Interior”. Foi coordenado pelas Secretarias de Turismo, de Planejamento e Desenvolvimento Regional e da Educação, e tendo a co-participação das Secretarias da Cultura, de Esporte, Lazer e Juventude, de Logística e Transportes, do Meio Ambiente, da Saúde, da Segurança Pública e do Saneamento e Recursos Hídricos, além da Subsecretaria de Comunicação, da Casa Civil para sua realização (ALESP, 2011).

Dessa forma, ele foi promovido e operacionalizado pelo governo, e incentivou viagens e visitas (atividades fora da sala de aula) a locais de interesse histórico, parques naturais e culturais, proporcionando aos estudantes da rede pública de ensino a oportunidade de ampliar seus horizontes a partir de práticas e vivências experienciadas. (Almeida e Trevisani, 2015)

Bavaresco (1991) *apud* Almeida e Trevisani (2015), analisou tais projetos, e ressaltou a importância e o ineditismo dessas ações que foram viabilizadas com subvenção de órgãos estaduais e municipais e dentro de perspectivas educacionais, as quais funcionavam, ao mesmo tempo, como veículos de educação para o e pelo lazer e veículos de educação política. Nesse sentido, os autores consideraram que tal lazer era desfrutado em locais diferentes daqueles em que as crianças residiam, podendo-se afirmar que se tratava do lazer turístico, ou seja, do turismo como forma de lazer, trazendo a possibilidade de falar em educação para o e pelo turismo.

No início o programa tinha enfoque nas crianças de 9 a 11 anos estudantes da rede pública do estado de São Paulo, em 2015 após mudanças governamentais dentro das políticas, a administração do programa foi interrompida (SÃO PAULO, 2018). A partir de 2016 apesar de mudanças significativas como viagens de curta duração, o programa continuou, e apesar do governo

do estado de São Paulo apresentá-lo da mesma forma que anteriormente, promovendo a vivência turística e o desenvolvimento pessoal e acadêmico, muitas questões sobre como uma viagem de apenas um dia pode contribuir de forma lúdica e educativa da mesma maneira que uma viagem de cinco dias foram levantadas (ALMEIDA; TREVISANI, 2015).

Os relatos documentados descrevem como foi especial a primeira vez conhecendo o mar, dormindo fora de casa, tendo troca de experiências com outros estudantes, professores e trabalhadores locais, sendo essa narrativa a comprovação de que o turismo pedagógico aplicado no contexto escolar e social pode ser uma ferramenta educacional.

Almeida e Trevisani (2015) afirmam que a independência proporcionada pela viagem sem os pais, a ampliação dos círculos de amizade e o estreitamento dos laços (inclusive via redes sociais após o retorno), o contato com uma natureza diferente da conhecida e a permanência das sensações positivas foram alguns elementos destacados nesses depoimentos.

3. Considerações Finais

O turismo pedagógico surge como alternativa considerável na qual as políticas públicas se apropriam desse viés do turismo como ferramenta de aprendizagem para os estudantes da rede pública de ensino do Estado de São Paulo. No mais, o ele coloca o estudante como protagonista de sua própria aprendizagem, fazendo com que sua visão pessoal e do mundo ao seu redor seja potencializada.

Referências

ALMEIDA, Marcelo Vilela; TREVISANI, Stephanie Piffer Cinquina. **O Programa “Turismo do Saber”: uma experiência brasileira de Turismo Social. Universidade de São Paulo (USP)**, 2015.

BRASIL. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LEI Nº 9.394 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

BRASIL. **Segmentação do Turismo**: Marcos Conceituais. Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

NEVES, L. C.. Turismo Educativo na Cidade de São Paulo como Ferramenta de Ensino e Aprendizagem. **TCC**.. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, 2009

RUBIM, Ana Carolina Barroso. **A prática do turismo pedagógico no contexto dos museus: a experiência de museus das cidades do Rio de Janeiro e Niterói**. Niterói: UFF, 2010.

SÃO PAULO. **Turismo do Saber leva alunos para ver o mar pela primeira vez**. GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012.

SILVA, L.R. **Unesco**: Os quatro pilares da “educação pós-moderna”. Tese. (Unicamp), 2008.

UNESCO. **Learning**: the treasure within; report to UNESCO of the International Commission on Education for the Twentyfirst Century (highlights). Paris: UNESCO, 1996.